

LEI 032, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989.



Dispões sobre o Código Tributário do Município.

A Câmara Município de Iretama, decretou e Eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO ÚNICO SISTEMA TRIBUTÁRIO

Art. 1º Este Código regula os direitos e obrigações de ordem pública concernente à Fazenda Municipal e as pessoas obrigadas a pagamento dos Tributos Municipais ou penalidades pecuniárias.

Art. 2º Os tributos do município serão os seguintes?

I - Impostos:

- a) Sobre a propriedade imobiliária urbana;
- b) Sobre serviços;
- c) Vendas a varejo de combustível;
- d) Intervivos.

II - Taxas:

- a) De licença
- b) De serviços urbanos;
- c) De serviços diversos.

III - Contribuição de melhoria;

IV - Contribuição de custeio de obras ou serviços.

TÍTULO II IMPOSTOS

CAPÍTULO I IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA URBANA

Seção I Incidência

Art. 3º O imposto é devido pela propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel, construído ou não, localizado nas áreas urbanas.

Art. 4º Para os efeitos deste imposto, são urbanas:

I - A área em que existam, pelo menos, dois dos seguintes melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- a) Meio fio ou calçamento com canalização de águas pluviais;
- b) Abastecimento de água;
- c) Sistema de esgotos sanitários;
- d) Rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- e) Escola primária ou posto de saúde, a uma distância de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.

II - A área urbanizável ou de expansão urbana, constante de loteamento destinado à habitação, a indústria ou ao comércio.

III - A área que localizada fora da zona urbana, seja comprovadamente utilizada como sítio de recreio e não qual a eventual produção não se destine ao comércio.

Art. 5º Zona urbana é definida e delimitada em Lei Municipal, com vigência para o exercício seguinte de sua fixação.

Art. 6º A incidência e a cobrança do imposto independem da legitimidade do título de aquisição ou de posse do bem imóvel, do resultado econômico da sua exploração, ou do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas a ele relativas.

Art. 7º Contribuinte do imposto é o proprietário, o titular de domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel.

Seção I Cálculo

Art. 8º O imposto será calculado sobre o valor venal do bem imóvel, a razão de:

I - 0,5 (cinco décimo por cento) para o construído;

II - 1,5 (um e meio por cento) para não construído;

III - 1,0 (um por cento) para não construído, murados.

Parágrafo único. Este imposto terá alíquotas progressivas até o máximo de 5% (cinco por cento) na forma da Lei especial, quando a propriedade não cumprir a sua função social.

Art. 9º Para os efeitos deste imposto, não se considera construído o terreno que contenha:

I - Construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;

II - Construção em andamento ou paralisada;

III - Construção em ruínas, em demolição, condenada ou interditada;

IV - Construção que a autoridade competente considere inadequadas quanto a área ocupada, para a destinação ou utilização pretendidas.

Art. 10. O valor venal dos bens imóveis será apurado:

I - Tratando-se de prédio, pela multiplicação do valor do metro quadrado de cada tipo de edificação, aplicados os fatores corretivos dos componentes da construção pela metragem da construção, somado o resultado do valor do terreno observada a tabela de valores de construção anexa a este código.

II - Tratando-se de terreno, levando-se em consideração as suas medidas, aplicados os fatores corretivos, observada a tabela de valores de terreno anexa a este Código.

Art. 11. Compete ao Poder Executivo apurar e fixar, anualmente o valor venal do imóvel, considerando conjunto ou isoladamente os seguintes elementos:

I - Declaração do contribuinte, se houver;

II - Índices médios de valorização correspondente à localização do imóvel;

III - Índices oficiais de correção monetária;

IV - Equipamentos urbanos, ou melhorias decorrentes de obras públicas, recebidos pela área onde se localiza o imóvel.

Art. 12. Na determinação do valor venal do bem imóvel não serão considerados:

I - O valor dos bens móveis nele mantidos, em caráter permanente, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade;

II - As vinculações restritivas do direito de propriedade;

III - O valor das construções nas hipóteses dos incisos I a IV do art. 9º

Seção III Isenções

Art. 13. Fica isento do imposto o bem imóvel:

I - Pertencente a particular, quanto à fração cedida gratuitamente para uso da União, dos Estados, do Distrito Federal, do Município ou de suas autarquias;

II - Pertencente a agremiação desportiva licenciada, quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades sociais;

III - Pertencente ou cedido gratuitamente a sociedade ou instituição sem fins lucrativos que se destine a congregar classes patronais ou trabalhadoras, com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de seu nível cultural, físico ou recreativa;

IV - Pertencente a sociedade civil sem fins lucrativos e destinado ao exercício de atividades culturais, recreativas ou esportivas;

V - Declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorrer a imissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante.

Parágrafo único. O disposto neste artigo é subordinado a observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I - Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no seu resultado;

II - Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Seção IV Inscrição

Art. 14. Todos os imóveis serão inscritos no Cadastro Imobiliário, ainda que pertencentes a pessoas isentas ou imunes.

Art. 15. Para os fins de inscrição e lançamento, todo proprietário, titular de domínio útil ou possuidor de bem imóvel é obrigado a declarar em formulário próprio os dados ou elementos necessários à perfeita identificação do mesmo.

Parágrafo único. A declaração deverá ser efetivada dentro do prazo 30 (trinta) dias

contados da data da:

- I - Convocação que eventualmente seja feitas pela Prefeitura;
- II - Conclusão da construção, no todo ou em parte, em condições de uso ou habitação;
- III - Aquisição da propriedade de bem imóvel, no todo ou em parte certa, desmembrada ou ideal;
- IV - Aquisição do domínio útil ou da posse de bem imóvel;
- V - Demolição ou perecimento existentes no imóvel.

Art. 16. Os elementos ou dados da declaração deverão ser atualizados, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da ocorrência de fatos ou circunstâncias que possam alterar a inscrição, inclusiva nas hipóteses de reforma, com ou sem aumento da área construída, e de registro de compromisso de compra e venda de bem imóvel ou de sua cessão.

Parágrafo único. O dever previsto neste artigo estende à pessoa do compromissário vendedor e do cedente do compromisso de compra e venda de bem imóvel.

Art. 17. Serão objeto de uma única, declaração, acompanhada, respectivamente, da planta do imóvel, do loteamento ou do arruamento:

- I - A gleba de terra bruta desprovida de melhoramentos, cujo aproveitamento dependa de realização de obras de arruamento ou de urbanização;
- II - A quadra indivisa de área arruadas;
- III - O lote isolado ou o grupo de lotes, contíguos, quando já tenha ocorrido venda ou promessa de venda de lotes na mesma quadra.

Art. 18. O contribuinte poderá retificar os dados da declaração ou sua atualização, antes de ser notificado do lançamento, desde que comprove o erro em que se fundamente.

Art. 19. Na impossibilidade de obtenção de dados exatos sobre o bem imóvel ou de elementos necessários à fixação da base de cálculo do imposto, o lançamento será efetuado, de ofício, com base nos elementos de que dispusera a administração, arbitrados os dados físicos do bem imóvel, sempre juízo das demais cominações ou penalidade cabíveis.

Seção V Lançamento

Art. 20. O lançamento do imóvel imposto será:

I - Anual, respeitada a situação do bem imóvel a 10 de janeiro do exercício a que se referir a tributação;

II - Distinto, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguos ou vizinhos e pertencentes ao mesmo contribuinte.

Parágrafo único. Na caracterização da unidade imobiliária, a situação de fato, que deverá ser verificada pela autoridade administrativa, terá prevalência sobre a descrição do bem imóvel contida no respectivo título.

Art. 21. O imposto será lançado em nome do contribuinte, levando-se em conta os dados ou elementos constantes do Cadastro Imobiliário.

§ 1º Tratando-se de bem imóvel objeto de compromisso de venda e compra, o lançamento do imposto poderá ser procedido, indistintamente, em nome do promitente vendedora ou do compromissário comprador, ou ainda, no de ambos sendo solidária a responsabilidade pelo pagamento do imposto.

§ 2º O lançamento de bem imóvel objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso será efetuado em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário.

§ 3º Na hipótese de condomínio, o lançamento será procedido:

a) Quando "pro indiviso", em nome de um, de alguns ou de todos os co-proprietários, sem prejuízo, nos dois primeiros casos, da responsabilidade solidária dos demais pelo pagamento do imposto;

b) Quando "pro diviso", em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma.

Art. 22. O contribuinte será notificado do lançamento do imposto por via ou por edital, a critério da repartição.

Parágrafo único. A notificação poderá ser efetuada por via postal registrada quando, seja o bem imóvel terreno, a contribuinte eleger domicílio tributário fora do território.

Seção VI Arrecadação

Art. 23. O pagamento do imposto feito em prestações iguais, nas épocas e locais indicados nos avisos de lançamento, observando-se entre o pagamento de uma e outra prestação o intervalo mínimo de 30 (trinta) dias.

Art. 24. ~~O pagamento do imposto de valor inferior a 03 (três) BTNFS, poderá ser feito de uma só vez na época e local indicado nos avisos de lançamento.~~

Art. 24. O pagamento do imposto de valor inferior a 03 (três) VRMs, deverá ser feito de uma só vez na época e local indicados nos avisos de lançamento. (Redação dada pela Lei nº 39/1991)

Seção VII Penalidades

Art. 25. As infrações serão punidas com as seguintes multas:

I - De importância igual a 100% (cem por cento) do imposto na hipótese de falsidade quanto aos dados apresentados pelo contribuinte na declaração (art. 15) ou na sua atualização (art. 16), quando implique em alteração do lançamento;

II - De importância igual a 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto:

- a) Na falta de declaração ou de sua atualização;
- b) Quando houver erro ou omissão da declaração ou na sua atualização;
- c) Na inobservância do prazo ou da forma para a declaração ou sua atualização.

CAPÍTULO II IMPORTO SOBRE SERVIÇO

Seção I Incidência

~~**Art. 26.** O imposto é devido pela prestação por empresa ou profissional autônomo, dos serviços constantes na legislação federal a saber:~~

Art. 26. O imposto é devido pela prestação de serviços por pessoa jurídica, pessoa física, profissionais liberais e autônomos por serviços relacionados no Anexo I da Lei Federal Complementar nº 116/2003 e 157/2016 e demais disposições (Redação dada pela Lei nº 44/2017)

1 - Médicos, inclusive análises clínicas, eletrecidade médica, radioterapia, ultrasonografia, radiologia, tomografia e congêneres.

2 - Hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatorios, pronto-socorros, manicômios, casas de saúde de recuperação e congêneres.

3 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres.

4 - Enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentária).

5 - Assistência médica e congêneres previstos nos itens 1, 2 e 3 desta lista, prestadores através de planos de medicina de grupo convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados.

6 - Planos de saúde, prestados por empresas que não estejam incluídos no item V desta

lista e que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, contratados pela empresa ou apenas pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano.

7 - Vetado.

8 - Médicos veterinários.

9 - Hospitais veterinários, clínicas veterinários e congêneres.

10 - Guarda, tratamento, amestamento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais.

11 - Bombeiros, cabeleireiros, manicures, pedicures, tratamento de pele, depilação e congêneres.

12 - Banhos, duchas, saunas, massagens, ginásticas e congêneres.

13 - Varrição, coleta, remoção e incineração de lixo.

14 - Limpeza e dragagem de portos, rios e canais.

15 - Limpeza manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins.

16 - Desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres.

17 - Controle e tratamento de afluentes de qualquer natureza e de agentes físicos e biológicos.

18 - Incineração de resíduo quaisquer.

19 - Limpeza de chaminés.

20 - Saneamento ambiental e congêneres.

21 - Assistência técnica (vetado).

22 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista, organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dado, consultoria técnica, financeira ou administrativa (vetado).

23 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa (vetado).

24 - Análise, inclusive de sistema, exames, pesquisas e informações, coleta e processamento de dados de quaisquer natureza.

25 - Contabilidade, auditoria, guarda livros, técnicos em contabilidade e congêneres.

26 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

27 - Traduções e interpretações.

28 - Avaliação de bens.

29 - Datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congêneres.

30 - Projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza.

31 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento e topografia.

32 - Execução por administração empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produtivas pelo prestador de serviço, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICM).

33 - Demolição.

34 - Reparação, conservação e reforma de edifício, estradas, pontes, portas e congêneres (exceto fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviço, fora do local da prestação dos serviços que fica sujeito ao ICM).

35 - Pesquisa, perfuração, cimentação, perfilagem, (vetado), estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exportação de petróleo e gás natural.

36 - Florestamento e reflorestamento.

37 - Escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres.

38 - Paisagismo, jardinagem e decoração (exceto o fornecimento de mercadorias, que fica sujeito ao ICM).

39 - Raspagem, calafetação, polimento, lustração de pisos, paredes e divisórias.

40 - ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimento, de qualquer grau ou natureza.

41 - Planejamento, organização e administração de férias, exposições, congressos e congêneres.

42 - Organização de festas e recepções: Buffet (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas que fica sujeito ao ICM).

43 - Administração de bens e negócios de terceiros e de consórcio (vetado).

44 - Administração de fundos mútuos (exceto a realizada por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).

45 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos da propriedade industrial, artística ou literária.

(texto incompleto)

(Informativo Portal LeisMunicipais: texto faltante no Artigo 26, incisos 46 e 47, conforme arquivo original encontrado no final da página)

48 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de (franchias) e de faturação (factoring) excetuam-se os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

49 - Agenciamento, organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios, excursões, guias de turismo e congêneres.

50 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens imóveis e móveis não abrangidos nos itens 45, 46, 47 e 48.

51 - Despachantes.

52 - Agentes da propriedade industrial.

53 - Agentes da propriedade artística ou literária.

54 - Leilão.

55 - Regulação de sinistros abertos por contratos de seguros, inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros, prevenção e gerência de riscos seguráveis, prestados por quem não seja o próprio segurado ou companhia de seguros.

56 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda e bens de qualquer espécie (exceto depósitos feitos em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central).

57 - Guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres.

58 - Vigilância ou segurança de pessoas de bens.

59 - Transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores dentro do território do município.

60 - Diversões públicas.

- a) (Vetado), cinemas, (vetado), "taxi dancings" e congêneres;
- b) Bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos;
- c) Exposições, com cobrança de ingresso;
- d) Bailes, shows, festivais, recitais e congêneres, inclusive espetáculos que sejam também transmitidos, mediante compra de direitos para tanto, pela televisão ou rádio;
- e) Jogos eletrônicos;
- f) Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual com ou sem a participação do espectador, inclusive a venda de direitos à transmissão pelo rádio ou pela televisão;
- g) Execução de música, individualmente ou por conjuntos (vetado).

61 - Distribuição e venda de bilhete de loteria, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios.

62 - Fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmissões radiofônicas ou de televisão).

63 - Geração e distribuição de filmes e video-tapes.

64 - Fonografia ou gravação de sons, ruídos, inclusive trucagens, dublagens e mixagem sonora.

65 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia reprodução e trucagem.

66 - Produção para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia do espetáculo, entrevistas e congêneres.

67 - Colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário final do serviço.

68 - Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICM).

69 - Conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICM).

70 - Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador de serviço fica sujeito ao ICM).

71 - Recauchutagem ou regeneração de pneus para usuário final.

72 - Recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres de objetos não destinados à industrialização ou comercialização.

73 - Lustração de bens imóveis quando o serviço for prestado para usuário final ao objeto lustrado.

74 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido.

76 - Cópia ou reprodução, por quaisquer processos de documentos e outros papéis, plantas ou desenhos.

77 - Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, sincografia, litografia e fotolitografia.

78 - Colocação de moldura afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

79 - Locação de bens imóveis, inclusive arrendamento mercantil.

80 - Funerais.

81 - Alfaiataria e costura, quando material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

82 - Tinturaria e lavanderia.

83 - Taxidermia.

84 - Recrutamento, agenciamento, seleção, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador do serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratado.

85 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidades, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto impressão, reprodução ou fabricação).

86 - Veiculação e divulgação de textos desenhos e outros materiais de publicidade por qualquer meio (exceto em jornais periódicos, rádios e televisão).

87 - Serviços portuários e aeroportuários: utilização de porto e aeroporto, atracção, capatazia, armazenagem interna, externa e especial; suprimento de água, serviços acessórios, movimentação de mercadoria fora do cais.

88 - Advogados.

89 - Engenheiros, arquiteto, urbanistas, agrônomos.

90 - Dentistas.

91 - Economistas.

92 - Biólogos.

93 - Assistentes sociais.

94 - Relações públicas.

95 - Cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos, não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimento de posição de cobranças ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).

96 - Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central: fornecimento de talão de cheques, sustação de pagamento de cheques, ordens de pagamento e de crédito por qualquer meio, emissão e renovação de cartões magnéticos, consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres; fornecimento de segurança via de avisos de lançamento de extratos de contas; emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento a instituições financeiras, de gastos com portes de correio, telegramas, telex, teleprocessamento, necessários à prestação de serviços).

97 - Transporte de natureza extremamente municipal.

98 - Comunicações telefônicas de um para outro aparelho dentro do mesmo município.

99 - Hospedagem em hotéis, motéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao imposto sobre serviço).

100 - Distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza.

Art. 27 ~~Para efeitos de incidência do imposto, considera-se local de prestação do serviço:-~~

~~I - O do estabelecimento prestador, ou na sua falta, o do domicílio do prestador;~~

~~II - O do local onde se efetuar a prestação, nos serviços de execução de obras de construção civil.~~

Art. 27º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas abaixo:

a) Do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

b) Do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

c) Do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09. (Redação dada pela Lei nº 44/2017)

Art. 28. A incidência e a cobrança do imposto independem:

- I - Da existência de estabelecimento fixo;
- II - Do cumprimento de quaisquer exigências legais regulamentares ou administradas relativas à prestação de serviços;
- III - Do fornecimento de material;
- IV - Do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação.

Art. 29. Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

Art. 30. Responsável é a pessoa que, utilizando-se de serviços de terceiros, ao efetuar o respectivo pagamento, deixe de reter o montante do imposto devido pelo prestador, quando este não emitir fatura, nota fiscal ou outro documento admitido pela administração.

§ 1º Tratando-se de serviço pessoal o próprio contribuinte ou das sociedades a que se refere o art. 34, o tomador de serviço exigirá recibo ou outro documento fiscal em que constem nome e número de inscrição do contribuinte, seu endereço e a atividade tributada.

§ 2º No caso de o prestador de serviço não apresentar recibo ou outro documento fiscal, nas condições do parágrafo primeiro, deste artigo, o tomador de serviço deverá reter:

- I - O valor do imposto devido no exercício, se o preço do serviço lhe for superior;
- II - O valor do preço do serviço se este for inferior ao do imposto devido.

§ 3º A fonte pagadora, ao contribuinte, comprovante da retenção.

Art. 31. O proprietário de bem imóvel, o dono da obra e o empreiteiro são responsáveis solidários com o contribuinte pelo imposto devido quanto aos serviços definidos nos itens 19 e 20 do artigo 26 que lhe forem prestados sem a documentação fiscal correspondente ou sem prova do seu pagamento.

Seção II Cálculo

Art. 32 ~~O imposto será calculado mensalmente sobre o preço dos serviços definidos no artigo 26, à razão de:~~

- ~~I - Itens 19 e 20: 2% (dois por cento);~~
- ~~II - item 60 (diversões públicas): 10% (dez por cento);~~
- ~~III - Demais itens: 5% (cinco por cento).~~

Art. 32 ~~O imposto será calculado mensalmente sobre o preço dos serviços definidos no artigo~~

~~26, a razão de:~~

- ~~I - Item 60 - diversões públicas - 10% (dez por cento)~~
- ~~II - demais itens - 2% (dois por cento). (Redação dada pela Lei nº 5/2003)~~

Art. 32. O ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) será calculado sobre os serviços definidos no art. 26 da Lei Municipal nº 032/1989 e no Anexo I do Decreto 041/2016 à razão de:

I - Item 60 - diversões públicas - 5% (cinco por cento).

II - Demais itens - 3% (três por cento), além das alterações da Lei Complementar Federal nº 116/2003. (Redação dada pela Lei nº 51/2017)

~~Art. 33~~ O imposto do profissional autônomo será devido anualmente nas seguintes bases:

- ~~I - (Itens 1, 2, 3, 5, 6, 88, 89, 90) a base de 100 (cem) BTNFs;~~
- ~~II - Demais itens na base de 10 (dez) BTNFs.~~

Art. 33. O imposto da pessoa física e autônomo será devido anualmente no valor fixo de 240 VRM, com vencimento no ultimo dia útil do mês de janeiro de cada ano (Redação dada pela Lei nº 44/2017)

~~Art. 34~~ Quando os serviços dos itens (1, 2, 3, 5, 6) forem prestados por sociedades, o imposto será devido anualmente na base de BTNFs 100(cem) multiplicado pelo número de profissionais habilitados, sócios empregados ou não que prestem serviço em nome da sociedade.

~~Art. 34~~ Quando os serviços dos Itens (1, 2, 3, 5, 6), forem prestados por sociedades, o imposto será devido anualmente na base de 100 (cem) VRMs, multiplicados pelo número de profissionais habilitados, sócios, empregados ou não que prestem serviços em nome da sociedade. (Redação dada pela Lei nº 39/1991)

Art. 34. O imposto do profissional liberal será devido anualmente no valor fixo de 300 VRM, por profissional existente no estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços, com vencimento no ultimo dia útil do mês de janeiro de cada ano. (Redação dada pela Lei nº 44/2017)

Art. 35. Na hipótese de diversas prestações de serviços enquadráveis em mais de uma alíquota, o contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o imposto ser calculado pela alíquota de maior valor.

Art. 36. Considera-se serviço pessoal do próprio contribuinte o simples fornecimento de trabalho profissional autônomo com o auxílio de, no máximo 03 (três) empregados.

Art. 37. Preço de serviço é a importância relativa à receita bruta a ele correspondente, sem quaisquer deduções, ainda que a título de subempreitada de serviços, frete, despesas ou

imposto, salvo os casos especificamente previstos.

Parágrafo único. O montante do imposto transferido é considerado parcela integrante e indissociável do respectivo preço, constituindo o seu destaque nos documentos fiscais simples indicação de controle.

Art. 38. No cálculo do imposto será considerada:

I - Receita mensal do contribuinte quando se tratar de prestação de serviços em cará ter permanente;

II - A receita correspondente a prestação de serviço descontinuo ou isolado.

Art. 39. não integram o preço do serviço:

I - Os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição;

II - O valor dos materiais fornecidos pelo prestador fora do local da prestação de serviço e o das subempreitadas já tributados pelo imposto, nos casos de serviços definidos nos itens 1º e 20, do artigo 26;

III - O valor da alimentação, quando não incluído no preço da diária, ou da mensalidade no caso de serviços definidos no item 39, do artigo 26;

IV - O valor das peças ou partes de máquinas e aparelhos fornecidos pelo prestador de serviço, nos itens 41, 41 e 42, do artigo 26;

V - O valor das despesas reembolsáveis, quando devidamente comprovadas, assim entendidas as realizadas pelo tomador do serviço e que não façam parte da atividade tributada;

VI - O valor dos repasses de comissões ou participações, já tributadas pelo imposto, dentro da mesma atividade, desde que se trata da mesma operação;

VII - O valor da aquisição do bilhete de loteria, nos casos de serviço definidos no item 64, do artigo 26;

Art. 40. Nos casos de preços notoriamente inferior ao concorrente no mercado de trabalho local, ou sendo ele desconhecido pela autoridade administrativa, esta, sem prejuízo das demais cominações ou penalidades cabíveis, e respeitada a ordem a seguir estabelecida, poderá:

I - Apurá-las, com base em dados ou elementos em poder do sujeito passivo;

II - Estimá-los, levando em conta à natureza do serviço prestado, o valor das instalações e dos equipamentos, a localização do estabelecimento, o número de empregados, as

despesas efetuadas e os lançamentos de atividades semelhantes;

III - Arbitrá-los fundamentalmente, sempre que:

- a) Ocorrer fraude ou sonegação de dados ou elementos julgados indispensáveis ao lançamento;
- b) O sujeito passivo não exhibir ou dificultar o exame de livros ou de documentos fiscais de utilização obrigatória.

Seção III Isenções

Art. 41. São isentos do imposto:

I - As empresas públicas e as sociedades de economia mista no concernente aos serviços prestados a órgãos públicos.

II - As empresas ou entidades promoventes de espetáculos teatrais, cinematográficos, exposições, concertos, recitais e similares realizados para fins assistenciais.

III - Os engraxates ambulantes e lavadeiras.

IV - As associações culturais.

Art. 42. As isenções serão solicitadas em requerimento acompanhado das provas de que o contribuinte preenche os requisitos necessários a obtenção direito.

Seção IV Inscrição

Art. 43. O contribuinte do imposto deverá promover sua inscrição, na repartição fiscal, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar do início de sua atividade, sob pena de inscrição de ofício.

Parágrafo único. Os elementos da inscrição deverão ser atualizados dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da ocorrência de fatos ou circunstâncias que possam alterar o lançamento do imposto.

Art. 44. A inscrição a ser procedida em formulário próprio, deverá ser efetuada para cada estabelecimento ou local de atividade, salvo em relação ao ambulante, que fica sujeito a inscrição única.

Parágrafo único. Os estabelecimentos pertencentes a mesma pessoa são considerados autônomos quando em locais diversos.

Art. 45. A inscrição será nominal, devendo seu número ser impresso em todos os documentos fiscais emitidos pelo contribuinte bem como constar de qualquer requerimento dirigido à administração.

Art. 46. A transferência, venda do estabelecimento ou encerramento da atividade, no local, deverão ser comunicados pelo contribuinte a repartição fiscal, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Seção V Lançamento

Art. 47. O lançamento do imposto será:

I - Anual, nas hipóteses dos artigos 33 e 34;

II - Mensal, na hipótese do artigo 32;

III - De ofício, quando necessário.

Art. 48. O Poder Executivo definirá os modelos de livros, notas fiscais, e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte, mantido a escrituração fiscal em cada um de seus estabelecimentos, ou, na falta destes, em seu domicílio.

PARÁGRADO ÚNICO - A autoridade administrativa à vista da natureza do serviço prestado, poderá autorizar a dispensa ou obrigar a manutenção de determinados livros, permitir a emissão de certos documentos e admitir o uso de documentos equivalentes.

Seção VI Arrecadação

~~**Art. 48.** O pagamento do imposto será feito mensalmente, por guia, até o último dia útil do mês seguinte ao da prestação de serviços.~~

Art. 49. O pagamento do imposto será feito mensalmente, por guia, até o ultimo dia útil do primeiro decêndio do mês seguinte à prestação de Serviços (Redação dada pela Lei nº 44/2017)

§ 1º O recolhimento do imposto retido na fonte far-se-á, em nome do responsável pela retenção, com a indicação do contribuinte, até o último dia útil do mês da arrecadação.

§ 2º Qualquer diferença do valor do imposto apurado em levantamento fiscal será recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação.

§ 3º O pagamento do imposto será efetuado, anualmente em duas prestações, nas datas consignadas no respectivo aviso, nas hipóteses previstas nos artigos 33 e 34.

Art. 50. O recolhimento do imposto poderá ser autorizado por estimativa, a requerimento do interessado e sem prejuízo para o município na forma do artigo subsequente.

Art. 51. Quando o volume ou a modalidade da prestação de serviço aconselhar tratamento fiscal mais adequado, a autoridade administrativa poderá exigir o recolhimento do imposto por estimativa.

§ 1º O enquadramento do contribuinte no regime de estimativa poderá ser feito individualmente, por categoria de estabelecimentos ou por grupo de atividades.

§ 2º O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quanto a qualquer categoria de estabelecimentos, grupo ou setores de atividades.

§ 3º A administração poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas do imposto, ou restituir as diferenças de se houver.

§ 4º Na hipótese de o contribuinte sonegar ou destruir documentos necessários a fixação da estimativa, esta será arbitrada, sem prejuízo das demais penalidades ou cominações cabíveis.

Seção VII Penalidades

Art. 52. Aos infratores serão aplicadas as seguintes multas:

I - De importância igual a 02 (duas) vezes o valor do tributo do que deixar de recolher, total ou parcialmente, o imposto retido na fonte;

~~II - De importância igual a 01 (uma) vez o valor do imposto devido, que não será inferior a BTNFS 10 (dez).~~

II - de importância igual a 01 (uma) vez o valor do imposto devido, que não será inferior a 10 (dez) VRMs. (Redação dada pela Lei nº 39/1991)

- a) Ao que omitir dados ou destruir documentos necessários à fixação da estimativa;
- b) Ao que omitir dados ou destruir documentos necessários à apuração do imposto;
- c) Ao que deixar de omitir nota fiscal de serviço ou outro documento exigido pela administração;
- d) Ao que não possuir livros ou documentos fiscais;
- e) Pela diferença, ao que consignar em documento fiscal importância diversa do efetivado valor da receita referida;

f) Pela diferença ao que preencher guias de recolhimento do imposto, com omissão ou incorreção, que implique em alteração de lançamento;

III - De importância igual a 02 (duas) vezes no valor consignado no documento, ao que emitir em proveito próprio ou alheio quando o serviço não esteja sujeito ao recolhimento do imposto;

~~IV - De BTNFS 20 (vinte), quando:~~

IV - de 20 (vinte) VRMs, quando: (Redação dada pela Lei nº 39/1991)

- a) Deixar de promover a inscrição ou a sua atualização;
- b) Deixar de comunicar a transferência, a venda do estabelecimento ou o encerramento da atividade, no local;

~~V - De BTNFS 20 (vinte) quando:~~

V - de 20 (vinte) VRMs. quando: (Redação dada pela Lei nº 39/1991)

- a) se recusar a apresentar livros ou documentos exigidos pela autoridade administrativa;
- b) Embaraçar ou iludir a ação fiscal;
- c) Deixar de apresentar a declaração anual de dados ou apresentá-las com incorreção.

Art. 53. A reincidência da infração será punida com multa em dobro e a cada reincidência subsequente, aplicar-se-á essa pena acrescida de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor.

Parágrafo único. O contribuinte reincidente poderá ser submetido a sistema especial de fiscalização.

Art. 54. A penalidade não será aplicada ao contribuinte que espontaneamente, antes de qualquer procedimento fiscal, denunciar à administração as irregularidades verificadas no cumprimento de qualquer obrigação acessória, observada a regra do artigo 105.

CAPÍTULO III

IMPOSTO DE VENDAS DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS

Art. 55. O imposto de vendas de combustíveis líquidos e gasosos tem como fato impositivo a operação de venda e varejo de combustível líquidos e gasosos.

Art. 56. O imposto não incide sobre a venda de óleo diesel.

Art. 57. A base impositiva é o preço da operação de venda a varejo.

Art. 58. A alíquota é de dois por cento (2%).

Art. 59. Contribuinte é o vendedor varejista de combustíveis líquidos e gasosos.

Art. 60. Poderá ser atribuída a condição de responsável ao produto, industrial ou comerciante atacadista, quanto ao imposto devido pelo vendedor varejista.

Art. 61. O imposto será pago na forma de prazos instituídos em ato do Executivo.

Parágrafo único. O pagamento fora dos prazos estipulados dá ensejo a aplicação da multa de vinte por cento (20%) do imposto devido, mais juros e correção monetária.

CAPÍTULO IV

IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTERVIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS A ELES

Art. 62. O imposto sobre a transmissão intervivos de bens imóveis e de direitos a ele relativos tem como hipóteses de incidência:

I - A transmissão intervivos, a qualquer título, por ato oneroso, natureza ou acessão física, como definidos na Lei Civil;

II - A transmissão intervivos, a qualquer título, por ato oneroso de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

III - A cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos I e II.

Art. 63. O imposto não incide sobre a transmissão de bens ou direitos referidos no artigo anterior:

I - Quando efetuada para a sua incorporação ou patrimônio, de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrita;

II - Quando decorrente da incorporação, fusão, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

Parágrafo único. O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua incorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

Art. 64. O disposto no artigo anterior não se implica, quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a venda, de locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

§ 1º Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida neste artigo quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição decorrer de transações mencionadas neste artigo.

§ 2º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos

de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 3º Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da Lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com o da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

Art. 65. A base imponible é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos.

Parágrafo único. O valor venal será determinado mediante avaliação observados os seguintes elementos:

I - preço corrente do mercado;

II - localização;

III - características do imóvel, tais como, área, topografia, edificações, e acessibilidade a equipamentos urbanos.

Art. 66. A alíquota é de 2%.

Art. 67. Contribuinte é o adquirente dos bens ou direitos.

Art. 68. Poderá ser atribuída a condição de responsável ao vendedor dos bens ou direitos.

Art. 69. O imposto será pago antes da ocorrência do fato imponible, na forma e prazos estabelecidos em ato do Executivo.

Parágrafo único. O pagamento fora dos prazos estipulados dá ensejo à aplicação da multa de 20% do imposto devido, mais juros e correção monetária.

Art. 70. Aplicam-se aos IVVC e IV, no que couber as normas gerais de direitos tributário prevista neste artigo.

TITULO III TAXAS

CAPITULO I TAXAS DE LICENÇA E VERIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO REGULAR DE ESTABELECIMENTOS

Seção I Incidência

Art. 71. As taxas de licenças são devidas pelo exercício regular do Poder de polícia administrativa do Município.

§ 1º O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades, lucrativas ou não, e a qualquer atos a serem exercidos ou praticados no território do Município, dependente, nos termos deste código, de prévio licenciamento da Prefeitura.

§ 2º O Município não exerce poder de polícia sobre as atividades desenvolvidas ou sobre atos praticados em seu território, mas legalmente subordinados ao poder de polícia administrativa da União ou do Estado.

Art. 72. As taxas de licença compreendem:

I - Taxa de localização de estabelecimento de quaisquer natureza;

II - taxa de execução de obras particulares;

III - taxa de ocupação de áreas em vias e logradouros públicos;

IV - taxa de utilização de meios de publicidade.

§ 1º As licenças iniciais serão concedidas sob forma de alvará.

§ 2º Deverá ser requerida nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento, ou mudança do ramo ou da atividade nele exercida.

§ 3º As licenças relativas aos incisos III e IV serão válidas para o exercício era que forem concedidas, ficando sujeitas à renovação no exercício seguinte.

Art. 73. A taxa de verificação de funcionamento regular de estabelecimento é devida pela inspeção que a administração promove, anualmente, com a finalidade de verificar se os estabelecimentos mantêm às mesmas condições de instalação inicial.

Art. 74. O contribuinte das taxas de licença é a pessoa física ou jurídica, interessada no exercício de atividades sujeitas ao poder de polícia administrativa do Município, e, o da taxa de verificação de funcionamento regular de estabelecimentos o titular do local a que se refere a inspeção.

Seção II Inscrição

Art. 75. As taxas de licença e a de verificação de funcionamento regular de estabelecimentos serão calculadas de acordo com a tabela anexa a este código.

Seção III Inscrição

Art. 76. Ao solicitar a licença o contribuinte deverá fornecer à Prefeitura os elementos e informações necessária a sua inscrição no Cadastro.

Seção IV Lançamento

Art. 77. As taxas de licença e a de verificação regular de estabelecimentos podem ser lançadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos.

Seção V Arrecadação

Art. 78. As taxas de licença e a de verificação regular de estabelecimentos serão arrecadadas nos seguintes prazos:

I - Nas licenças iniciais no ato da concessão da licença;

II - Nas licenças ou diligências posteriores:

- a) quando anuais: até o último dia útil de janeiro de cada exercício;
- b) quando mensais: até o dia 10 (dez) de cada mês;
- c) quando diárias: no ato do pedido ou diligência.

Parágrafo único. A licença inicial, concedida depois de 30 (trinta) de Junho, será arrecadada pela metade.

Seção VI Penalidades

Art. 79. O contribuinte que exercer quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos sujeitos à licença, sem o pagamento da respectiva taxa, ficará sujeito à multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do tributo devido, nunca inferior a BTNFs 10 (dez).

CAPÍTULO II TAXAS DE SERVIÇOS URBANOS

Art. 80. As taxas de serviços urbanos compreendem:

I - Taxa de coleta de lixo;

II - Taxa de iluminação pública;

III - Taxa de conservação de vias;

Parágrafo único. As taxas são devidas pela utilização efetiva, ou a simples disponibilidade, quaisquer dos serviços mencionados neste artigo.

Art. 81. O contribuinte das taxas é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóveis situados em vias ou logradouros públicos ou particulares, onde a Prefeitura mantenha quaisquer dos serviços referidos no artigo anterior.

Art. 82. As taxas serão calculadas nas seguintes bases anuais:

I - coleta de lixo;

- a) imóveis residenciais;
- b) imóveis não residenciais.

II - iluminação;

III - conservação de vias.

Art. 83. As taxas de serviços urbanos incidirão sobre cada uma das economias autônomas e distintas beneficiadas pelos referidos serviços.

Art. 84. As taxas poderão ser lançadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos.

Parágrafo único. A taxa relativa a iluminação pública poderá ser lançada no aviso da conta de luz da empresa concessionária do serviço.

Art. 85. A arrecadação das taxas será feita nas épocas e nos locais indicados nos avisos de lançamento.

CAPITULO III

TAXAS DE SERVIÇOS DIVERSOS

Art. 86. As taxas de serviços diversos compreendem:

I - taxa de expediente;

II - taxa de numeração de prédios;

III - taxa de apreensão de bens e semoventes;

IV - taxa de vistoria de edificações;

V - taxa de serviços em cemitérios;

VI - taxas de conservação de estradas de rodagem.

Parágrafo único. As taxas são devidas pela utilização efetiva, ou simples disponibilidade, quaisquer dos serviços mencionados neste artigo.

Art. 87. O contribuinte das taxas é a pessoa física ou jurídica interessada na prestação dos serviços referidos anterior, ou, no caso do inciso VI, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóveis situados em estradas de rodagem municipais.

Art. 88. As taxas serão calculadas de acordo com a tabela anexa a este Código.

Art. 89. O lançamento e a arrecadação das taxas serão efetuadas antecipada ou posteriormente, a critério da repartição.

Parágrafo único. A taxa de conservação de estradas de rodagem será lançada anualmente e o pagamento será feito nas épocas e locais indicados nos avisos de lançamento.

TÍTULO IV CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO ÚNICO CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Seção I Incidência

Art. 90. A contribuição de melhoria é devida pela valorização de bem imóvel, de propriedades privada, localizado em área direta ou indiretamente beneficiada por obra pública executada pela administração municipal, inclusive quando resultante de convênio com a união e o Estado ou com entidade Federal ou Estadual.

Art. 91. Para efeito de incidência da contribuição de melhoria, considera-se obra pública a de:

I - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

II - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalação de comodidade pública;

V - proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas e de saneamento e drenagem em geral, diques, cais, desobstrução de barras, portos e canais, retificação e regularização de cursos da água e irrigação;

VI - construção, pavimentação e melhoramento de (texto ilegível) de rodagem;

VII - construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;

VIII - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriação em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Art. 92. Contribuinte é o proprietário, o titular domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de bem imóvel valorizado, direta ou indiretamente, pela obra pública.

Parágrafo único. Responde pelo pagamento d contribuição de melhoria, no todo ou em parte, o adquirente do bem imóvel, salvo se apresentar, por instrumento público, prova de que o antecessor, responsabilizando-se pela totalidade do débito em questão ofereceu a respectiva garantia à administração.

Seção II

Cálculo

Art. 93. A contribuição de melhoria será calculada levando-se em conta o custo, total ou parcial, da obra pública, rateado entre os imóveis valorizados, proporcionalmente aos valores venais ou a área ou ainda a testada dos mesmos.

Parágrafo único. A autoridade administrativa fixará, respeitados os elementos e limites definidos neste artigo, para cada obra, os critérios a serem adotados no rateio.

Art. 94. Na fixação de contribuição de melhoria, tronar-se-á por limite total a despesa realizada.

Art. 95. Correção por conta da Prefeitura as quotas relativas e bem imóvel beneficiada pela obra, quando pertencente à pessoas não incidentes na contribuição de melhoria.

Art. 96. No custo da obra serão computados as despesas globais com estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamento de demais investimentos a ela imprescindíveis.

Parágrafo único. O custo da obra terá sua expressão monetária atualizada, a época, do lançamento, mediante a aplicação de coeficiente de correção monetária de débitos fiscais.

Seção III

Lançamento e Arrecadação

Art. 97. Para cobrança da contribuição de melhoria, a autoridade administrativa deverá publicar edital entre outros os seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - Orçamento, total do custo da obra;

III - Delimitação da área a ser beneficiada, direta ou indiretamente pela obra pública e os bens imóveis abrangidos;

IV - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria e a forma de sua gradual distribuição entre os contribuintes.

Parágrafo único. O edital fixará o prazo de 30 (trinta) dias, para eventual impugnação pelos interessados e as normas do respectivo procedimento de instrução e julgamento.

Art. 98. A impugnação ou reclamação não suspende o início ou o prosseguimento da obra, e sua decisão somente terá efeito para o recorrente.

Art. 99. O lançamento será procedido quando executada a obra na sua totalidade ou em parte suficiente para justificar o exigência do tributo, em nome do contribuinte aplicadas no que couber, as norma estabelecidas para o imposto sobre a propriedade imobiliária urbana.

Parágrafo único. entregue a obra gradativamente ao público a contribuição de melhoria, a juízo da autoridade administrativa poderá ser exigida proporcionalmente ao custo da parte já concluída.

Art. 100. A contribuição de melhoria será arrecadada em prestações mensais, trimestrais ou anuais, a critério da repartição, no prazo máximo de 05 (cinco) anos corrigidos de acordo com os coeficientes de correção monetária aplicáveis a débitos fiscais estabelecidos pelo Governo Federal.

TÍTULO V

NORMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 101. Aplicam-se às relações entre a fazenda municipal e as pessoas obrigadas ao pagamento dos tributos municipais ou penalidades pecuniárias, as normas gerais de direito tributário constantes do Código Tributário nacional e de Leis Complementares à constituição

que o modifique.

CAPÍTULO II PAGAMENTO DE TRIBUTOS

Art. 102. O pagamento de tributo será efetuado, pelo contribuinte responsável ou terceiro, em moeda corrente, na forma e prazos fixados da legislação tributária.

Parágrafo único. o pagamento por meio de cheque é permitido, considerando-se extinto o crédito da fazenda somente com o resgate da importância pelo sacado.

Art. 103. O pagamento será feito diretamente à Prefeitura ou a estabelecimento de crédito autorizado pela administração.

Art. 104. Expirado o prazo para pagamento, ficam os contribuintes sujeitos dos seguintes acréscimos:

I - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do tributo;

II - Juros de mora, a razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração devidos a partir do mês imediatamente ao do vencimento;

III - Correção monetária, na forma e aplicação dos coeficientes de correção monetária para débitos fiscais fixados pelo Governo Federal.

Parágrafo único. A correção monetária somente será calculada sobre a parcela do Tributo, não se aplicando ao valor da multa.

Art. 105. O Prefeito poderá estabelecer a concessão de desconto de até 20% (vinte por cento) do débito fiscal quando o contribuinte ou interessado recolher o tributo de uma só vez, dentro do primeiro prazo de pagamento.

Art. 106. O débito não pago no seu vencimento permanecerá em cobrança amigável pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, sendo a seguir inscrito, como dívida ativa, para efeito de cobrança judicial, ainda que no mesmo exercício a que corresponde o tributo.

Parágrafo único. Ao encerrar-se o exercício, todos os débitos serão inscritos para cobrança judicial, antes mesmo de extinguir o prazo estabelecido neste artigo.

Art. 107. O recolhimento de tributo não imposta em presunção por parte da Prefeitura, para quaisquer fins, de legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse de bem imóvel, nem do regular exercício da atividade exercida, ou da normalidade das condições do respectivo local.

Art. 108. O contribuinte tem o direito a restituição total ou parcial do tributo, nos casos observadas as regras fixadas no Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Artigo 44.

CAPÍTULO III COMPENSAÇÃO

Art. 109. O Prefeito pode, a seu juízo, autorizar a compensação de créditos líquidos, certos e vencidos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal.

CAPÍTULO IV RECOLHIMENTO DE IMUNIDADE E ISENÇÕES

Art. 110. A imunidade condicionada será reconhecida mediante requerimento, comprovada a condição da pessoa, seu patrimônio ou seus serviços.

Parágrafo único. Tratando-se de partido político e de instituição de educação ou de assistência social, o recolhimento da imunidade dependerá de prova de que a entidade:

I - Não distribui qualquer parcela de patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no seu resultado;

II - Aplica integralmente no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - Mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Art. 111. A pessoa imune deverá cumprir as obrigações acessórias previstas nesta Lei, salvo os de ter livros fiscais e de emitir documentos fiscais, sob pena de ficar sujeita às respectivas penalidades ou cominações.

Parágrafo único. o disposto neste artigo não exclui a pessoa imune da dispensa da prática de ato, previsto em Lei, assecuratório do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

Art. 112. Aos pedidos de reconhecimento de imunidade serão aplicadas, no que couber, as disposições relativas a isenção fiscal.

Art. 113. A isenção não desobriga o sujeito passivo tributário do cumprimento das obrigações acessórias.

Art. 114. A isenção deverá ser requerida anualmente, mediante petição devidamente instruída com a prova quanto ao atendimento dos requisitos ou condições.

Parágrafo único. A documentação do primeiro pedido de isenção poderá servir para os exercícios subsequentes, devendo o contribuinte, na renovação, apresentar requerimento com

a indicação do número do processo administrativo anterior e se for o caso oferecer as provas relativas ao exercício civil a que se refere a nova solicitação.

Art. 115. A solicitação da isenção, ou de sua renovação, deverá ser apresentada até o último dia útil do mês de janeiro de cada exercício.

Parágrafo único. Na inobservância do prazo previsto neste artigo, a isenção somente será concedida mediante o pagamento de multa de BTNFS 10 (dez).

Capítulo V

Infrações

Art. 116. Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na Lei Tributária.

Parágrafo único. A responsabilidade por infrações da legislação tributária, salvo exceções previstas, independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade natureza e a extensão dos efeitos do ato.

Art. 117. Reincidência é a nova infração, violando a mesma norma tributária, cometido pelo mesmo sujeito, dentro do prazo de 05 (cinco) anos, contados da data em que se tornar definitiva a penalidade relativa à infração anterior.

Art. 118. Respondem pela infração, em conjunto ou isoladamente, as pessoas que, de qualquer forma, concorram para a sua prática ou delas se beneficiam.

Art. 119. A responsabilidade por infração é excluída pela sua denúncia espontânea, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

PARÁGRAF ÚNICO - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

Art. 120. A Lei Tributária que define infração ou lhe comine penalidade aplica-se a fatos anteriores a sua vigência em relação a ato não definitivamente julgado, quando:

- I - Exclua a definição de determinado fato como infração;
- II - Comine penalidade menos severa que a anteriormente prevista para o fato.

CAPÍTULO VI

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Seção I

Procedimento Contencioso

Art. 121. O procedimento administrativo tributário terá início com:

I - A lavratura de auto de infração;

II - A lavratura do termo de apreensão de livros ou documentos fiscais;

III - A reclamação, pelo sujeito passivo contra lançamento ou ato administrativo dele decorrente.

Art. 122. O início do procedimento, tributário exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores e, independentemente de intimação, a das demais pessoas envolvidas nas infrações verificadas.

Art. 123. O auto de infração, lavrado por servidor público competente, conterá:

I - O local e a data da lavratura;

II - O nome e o endereço do infrator;

III - A descrição clara e precisa do fato que constitui a infração e se necessário as circunstâncias pertinentes;

IV - A capitulação do fato, com citação expressa do dispositivo legal infringido e do que lhe comine penalidade;

V - A intimação para apresentação de defesa ou pagamento do tributo, com os acréscimos legais, dentro do prazo de 30 (trinta) dias;

VI - A assinatura do autuante e a indicação de seu cargo e função;

VII - A assinatura do sujeito passivo ou representante legal ou a menção da circunstância de que o mesmo não pôde ou se recusou a assinar.

§ 1º A assinatura da autuado não importa em confissão nem a sua falta ou recusa em nulidade do auto ou agravação da infração.

§ 2º As omissões ou incorreções do auto de infração não o invalidam, quando do processo conste elementos suficientes para a determinação da infração e da pessoa do infrator.

Art. 124. Da lavratura do auto de infração será intimado o autuado:

I - Pessoalmente, mediante entrega de cópia do auto de infração, ao próprio autuado, seu representante ou mandatário, contra assinatura, recibo datado no original;

II - por via postal, acompanhada de cópia do auto de infração com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário ou pessoa de seu domicílio;

III - Por publicação, no órgão do município ou meio de divulgação local, na sua íntegra ou de forma resumida, quando resultarem, improdutivos os meios referidos nos incisos anteriores.

Art. 125. A notificação de lançamento conterá:

I - Nome do sujeito passivo.

II - O valor do crédito tributário e, quando for o caso, os elementos de cálculo do tributo;

III - A disposição legal relativa ao crédito tributário;

IV - O prazo para recolhimento do tributo.

Art. 126. O sujeito passivo poderá reclamar exigência fiscal, independentemente da prévia depositado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação de lançamento, da lavratura do auto de infração ou do termo de apreensão, mediante defesa por escrito, alegando de uma só vez toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios de suas razões.

Parágrafo único. A reclamação que terá efeito suspensivo, instaura a fase contraditória do procedimento.

Art. 127. A autoridade administrativa determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências quando atendê-las necessárias, fixando-lhes prazo, e indeferirá as que considerar prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

Parágrafo único. Se da diligência resultar oneração para o sujeito passivo, relativamente ao valor impugnado, será reaberto o prazo para oferecimento da nova reclamação ou adiantamento da primeira.

Art. 128. Preparado o processo para decisão, a autoridade fazendária proferirá despacho por escrito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, que resolverá todas as questões debatidas e pronunciará a procedência ou improcedência do auto de infração ou da reclamação.

Parágrafo único. Do despacho será notificado o sujeito passivo ou autuado observadas as regras contidas no artigo 108.

Art. 129. Do despacho da autoridade julgadora caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, da Prefeitura Municipal, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua notificação.

§ 1º O recurso poderá ser oferecido com prova documental.

Art. 130. ~~A autoridade de primeira instância recorrerá de ofício, mediante declaração do próprio despacho quando se exonerar, total ou parcialmente o sujeito passivo do pagamento de tributo ou de multa, de valor originário, não corrigido monetariamente, superior a BTNFs 10 (dez).~~

Art. 130. A autoridade de primeira instância recorrerá de ofício, mediante declaração do próprio despacho, quando este exonerar, total ou parcialmente o sujeito passivo do pagamento do tributo ou de multa, de valor originário não corrigido monetariamente, superior a 10 (dez) VRMs. (Redação dada pela Lei nº 39/1991)

Art. 131. A decisão será proferida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do processo pelo Prefeito.

Art. 132. São definidas as decisões do Prefeito ou de instância inferior, se esgotado o prazo legal para interposição de recurso, salvo se sujeito a recurso de ofício.

Art. 133. Expirados os prazos de vencimentos do tributo, ou das prestações em que se decompõe o sujeito passivo deverá efetuar os pagamentos respectivo, sob pena de salvo, se fizer próprio depósito, ser o débito exigido com os acréscimos desta Lei.

Art. 134. É incabível pedido de reconsideração nas instâncias administrativas.

Seção II

Processo de Consulta

Art. 135. Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta, sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes da ação fiscal e em obediência às normas estabelecidas.

Art. 136. A consulta será dirigida ao Órgão Fazendário, com a apresentação clara e precisa do caso e de todos os elementos indispensáveis ao atendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais, instruído, se necessária com a juntada de documentos:

- a) durante a tramitação da consulta;
- b) Posteriormente quando proceda em estrita observância à solução dada.

Art. 137. A autoridade administrativa dará solução, por escrito, à consulta no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua apresentação, retendo o processo durante 15 (quinze) dias após a notificação da consulente, observadas as regras do artigo 108.

Art. 138. Do despacho proferido em processo de consulta não caberá recurso.

Art. 139. A resposta à consulta será vinculante para a Administração, salvo se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo consulente.

TÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 140. Os livros obrigatórios de estruturação fiscal e comercial, e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados deverão ser conservados por que deles tiver feito uso, enquanto não extintos os respectivos créditos tributários.

Art. 141. A autoridade administrativa terá ampla facilidade de fiscalização podendo especialmente:

I - Exigir do contribuinte ou responsável a exibição de livros comerciais e fiscais, ainda que não obrigatórios, e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento perante a autoridade administrativa para apresentar informações ou declarações;

II - Apreender livros ou documentos fiscais mediante termo de depósito.

Art. 142. A prova de quitação do tributo será feita exclusivamente por certidão negativa, expedida nos termos em que tenha sido requerida pelo sujeito passivo ou interessado, e terá validade pelo prazo de 06 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Parágrafo único. Das certidões concernentes à situação fiscal em relação ao imposto sobre a propriedade imobiliária urbana será ressalvados os débitos relativos à contrivuição de melhoria.

Art. 143. Para fins de licenciamento de projetos, concessão par exploração de serviço público, apresentação de propostas em licitação, ou liberação de créditos, será exigida do interessado certidão negativa de tributos.

Parágrafo único. Será tida como certidão negativa a que ressaltar a existência de créditos não vencidos, em prazo de cobrança executiva com efetivação de penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

~~**Art. 144.** Os valores expressos à BTNFs nesta Lei serão atualizados anualmente, pelo Prefeito, em função dos coeficientes de correção monetária aplicáveis a débitos fiscais estabelecidos pelo Governo Federal.~~

Art. 144. Os valores expressos em VRMs. no Código Tributário Municipal, serão atualizados através da variação da Taxa Referencial editada pelo Governo Federal. (Redação dada pela Lei nº 39/1991)

Parágrafo único. Por ocasião da atualização monetária desses valores, o Prefeito, atendendo a conveniência administrativas, poderá arredondar as frações inferiores a ncz\$ 1,00 (um cruzado novo).

Art. 145. As rendas provenientes dos serviços de natureza industrial, comercial e civil, prestados pela Prefeitura em caráter de empresa e suscetíveis de serem explorados pela

iniciativa particular, poderão ser considerados preços.

Art. 146 ~~Os tributos e preços públicos serão cobrados a razão de BTNFs (Bônus do Tesouro Nacional Fiscal) e na sua extinção, o índice adotado pelo Governo Federal.~~

Art. 146. Os tributos a preços públicos serão cobrados a razão das VRMs. - Valor de Referência Municipal, instituída pela Lei Municipal nº 29/91 de 06 de Novembro de 1991, alterada pela Lei Municipal nº 37/91 de 06 de dezembro de 1991. (Redação dada pela Lei nº 39/1991)

Parágrafo único. O Poder Executivo estabelecerá os preços dos serviços referidos neste artigo.

Art. 147. Esta Lei entrará em vigor em 31 de dezembro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Francisco Ruiz, em 21 de dezembro de 1989.

SAME SAAB
Prefeito Municipal

[Download do documento](#)